

## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE Comissões Técnicas



# **DESPACHO**

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, reservo-me a relatoria do Relatório da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

Rio Branco/AC, 26 de março de 2019.

Vereador Rodrigo Forneck Presidente da CCJRF



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua 24 de Janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto CNPJ: 04.035.143/0001-90



ATA DA SEXTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO ESTADO DO ACRE - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA DO 6° BIMESTRE DE 2018, DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3° QUADRIMESTRE DE 2018 E DOS DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, EXERCÍCIO 2018. Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, sob a Presidência do Vereador Rodrigo Forneck, presente os Vereadores Railson Correia e Mamed Dankar. Vereador Rodrigo Forneck justificou a ausência do Dra. Kátia Rejane de Araújo Rodrigues, Procuradora-Geral de Justica do Ministério Público do Estado do Acre, pois estava cumprindo outra agenda. Edson Rigaud Viana Neto, Secretário Municipal de Finanças, cumprimentou a todos e iniciou a sua apresentação para esclarecer os dados e os resultados do Relatório de Execução Orçamentária do 6º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal do 3° Quadrimestre de 2018. Relatou que a situação fiscal do município está em ótima condição, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressaltou que o Munícipio de Rio Branco não está em processo de endividamento. Vereador Mamed Dankar cumprimentou a todos e falou sobre a ausência da população na audiência, sendo que o tema é de extrema importância, pois trata da saúde financeira do município. Questionou acerca do aumento de gastos com pagamentos de servidores no primeiro trimestre do ano de 2019. Vereador Rodrigo Forneck comentou a redução do endividamento, pois a Prefeitura de Rio Branco pode investir na infraestrutura. Dr. Edson respondeu os questionamentos e fez suas considerações finais. O Presidente fez suas considerações finais. Agradecimentos. Registro fotográfico. Notas taquigráficas. Nada mais havendo a ser tratado, a audiência foi encerrada e, para constar, lavrada a presente ata que, após ser lida e achada conforme, vai assinada por ele, Presidente.



Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596 Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: ct@riobranco.ac.leg.br



# PARECER № 06/2019/CCJRF e COFT

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL conjuntamente com a COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO apreciam o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do exercício de 2018.

Autoria: Executivo Municipal

Relatoria: Vereador Rodrigo Forneck

## I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre os seguintes relatórios encaminhados através do ofício nº 18/GAPRE/2019, pela Chefe do Executivo Municipal:

- i) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (fls. 13/42);
- ii) Relatório de Gestão Fiscal (fls. 07/12);
- iii) Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do exercício de 2018 (fls. 04/06).

Tais documentos, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas, foram remetidos a esta Casa Legislativa em atendimento ao disposto nos artigos 52 a 55 da Lei Complementar nº 101/00 e no art. 1º da Resolução TCE nº 61/2007, alterada pelas Resoluções nº 89/2014 e 115/2018.

A Procuradoria Legislativa opinou pela aprovação da matéria.

É o necessário a relatar.

# II - FUNDAMENTAÇÃO

Destaca-se que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária — RREO é um demonstrativo exigido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A obrigação de elaborar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO decorre da imposição do art. 165, § 3º, da Constituição Federal, ao determinar que o Poder Executivo publique, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

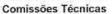
Com efeito, até a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) poucos eram os municípios que cumpriam essa determinação constitucional. Aqueles que elaboravam o relatório o faziam de forma deficitária, ou seja, com informações superficiais e difíceis de serem interpretadas.

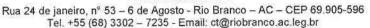
A partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos os entes deveriam passar a elaborar e a divulgar o RREO, haja vista ser essa, também, uma exigência constante dos Tribunais de Contas.

polog

M.









É sabido que um dos princípios basilares da Administração pública é o da transparência, a qual ganhou amplitude com o advento da denominada Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), vigente a partir de maio de 2012.

Assim, o primordial objetivo da elaboração bimestral e publicação do RREO é permitir que a sociedade organizada, de forma direta ou através dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária dos Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Demonstrar o desempenho da execução orçamentária é evidenciar a arrecadação de receitas, a execução das despesas nas diversas áreas, em especial, nas de saúde, educação, previdência e ainda a receita corrente líquida do ente público e respectivos resultados nominal e primário.

Em síntese, a essência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é ser um dos instrumentos de transparência e responsabilidade da gestão fiscal, finalidade que encontra guarida nos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Nessa seara, o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais se dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF); e as versões simplificadas desses documentos.

Sobre os documentos que integram o RREO, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe da seguinte forma:

- Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:
- 1 balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:
- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
  - II demonstrativos da execução das:
- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
  - c) despesas, por função e subfunção.



#### Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596 Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: ct@riobranco.ac.leg.br

> § 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

> § 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

- I apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
- II receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
  - III resultados nominal e primário;
  - IV despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;
- V Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art.
  20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.
- § 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:
- I do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;
- II das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
- III da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
  - § 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:
  - I da limitação de empenho;
- II da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Conforme já assinalado, por força do art. 165, § 3º, da Carta Magna, a elaboração do RREO será bimestral e a sua publicação deverá ocorrer em até 30 dias após o término do bimestre. Isso significa dizer que os prazos para elaboração não são de livre escolha dos entes, estando previamente estabelecidos pela LRF.

A data da publicação, desde que respeitado o prazo de até 30 dias após o término do bimestre, fica a critério de cada ente.

Quanto ao RGF, a Lei de Responsabilidade estabelece que:

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

- I Chefe do Poder Executivo;
- II Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

2000

M.

4



### CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 - 6 de Agosto - Rio Branco - AC - CEP 69.905-596 Tel. +55 (68) 3302 - 7235 - Email: ct@riobranco.ac.leg.br

- III Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
  - IV Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

- I comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
- a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
  - b) dívidas consolidada e mobiliária;
  - c) concessão de garantias;
  - d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
  - e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;
- II indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;
  - III demonstrativos, no último quadrimestre:
- a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
  - b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
  - 1) liquidadas;
- 2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
- 3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
- 4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
- c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.
- § 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.
- § 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.
- § 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.
- § 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

No caso vertente, a Sra. Prefeita atendeu ao previsto em lei, pois efetivou a publicação do RREO do 6º bimestre, do RGF do 3º quadrimestre e do RGF consolidado do exercício de 2018 dentro do prazo de 30 dias exigido pela legislação, consoante se vê no Oficio nº 18/GAPRE/2019 (fls. 02/03).



### CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO Comissões Técnicas



Rua 24 de janeiro, nº 53 - 6 de Agosto - Rio Branco - AC - CEP 69.905-596 Tel. +55 (68) 3302 - 7235 - Email: ct@riobranco.ac.leg.br

Outrossim, as versões simplificadas do RREO e do RGF, exigência do art. 48 da LRF, foram encaminhadas a esta Casa Legislativa através do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (fls. 12 e 41/42).

No tocante à composição do RREO, entendemos que os documentos anexados, referentes ao 6º Bimestre de 2018, estão de acordo com o estabelecido nos arts. 52 e 53 da LRF, uma vez que integram o relatório orçamentário os seguintes documentos: Balanço Orçamentário (fls. 13/16); Demonstrativos da Execução das Despesas por Função/Subfunção (fls. 17/19); Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 20); Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (fls. 21/23); Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal (fls. 24/27); Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (fl. 28); Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (fl. 34); Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (fl. 35); e Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos (fl. 36).

Afora o previsto pela LRF, constam no RREO documentos exigidos por outros diplomas, são eles: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (LDB, art. 72, fls. 29/33); Demonstrativo da Receita de Impostos Líguida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ADCT, art. 77, fls. 37/39); e Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004, arts. 22, 25 e 28, fl. 40).

Quanto ao RGF, nota-se que também foi cumprido o disposto no art. 54 da LRF, visto que constam as assinaturas do Chefe do Executivo Municipal, da Secretária Adjunta Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças, do contador responsável e da chefe da auditoria em todos os documentos anexados ao relatório fiscal.

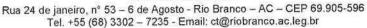
Acerca dos documentos encartados ao RGF, referentes ao 3º quadrimestre de 2018, vislumbramos cumprido o exigido pelo art. 55 da LRF, pois foram encaminhados os seguintes documentos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal (fl. 07); Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (fl. 08); Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (fl. 09); Demonstrativo das Operações de Crédito (fl. 10); e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (fl. 11).

Por sua vez, o Relatório consolidado de Gestão Fiscal do Exercício Orçamentário e Financeiro de 2018, compõe-se dos seguintes documentos: Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal (fl. 04); Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (fl. 05); e Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (fl. 06).

Ademais, foi promovida audiência pública (fl. 53), em cumprimento do art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe:



Comissões Técnicas





Art. 9º.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Referido dispositivo foi regulamentado no âmbito municipal por meio da Lei Municipal nº 1.520/2004, que, visando garantir maior transparência e legitimidade à análise quadrimestral procedida com relação ao cumprimento da execução orçamentária, dispôs sobre a data de realização das audiências públicas e da necessidade de registro em ata dos acontecimentos e assuntos debatidos durante sua efetivação. Nesse sentido, os arts. 1º e 4º da mencionada Lei:

Art. 1º As Audiências Públicas, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, como instrumento de transparência da gestão fiscal do município de Rio Branco, a que se refere o § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, serão realizadas na última sexta-feira dos meses de maio, setembro e fevereiro, nas Sessões Ordinárias da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

Parágrafo único: Para aplicação da disposição do presente artigo, quando a última sexta-feira dos meses citados recair em dia sem expediente normal da Câmara Municipal de Rio branco, a audiência será realizada no 1º dia útil subsequente.

(...)

Art. 4º. As Audiências Públicas serão registradas em atas, para possibilitar consulta posterior e veiculação em qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único: As atas e demais documentos pertinentes as Audiências Públicas, a que se refere o presente artigo, deverão ser ordenadamente arquivadas na Biblioteca da Prefeitura Municipal de Rio branco e na Divisão de Documentos do Setor Legislativo da Câmara Municipal de Rio branco e permanecerão a disposição para consulta ou cópia por qualquer empresa de comunicação, associações ou entidades de representação popular ou pública, segundo critérios definidos pelos referidos órgãos.

Assim, em cumprimento à legislação acima, realizou-se a audiência pública na data legalmente determinada, oportunidade em que o Poder Executivo apresentou os dados relativos à situação econômica e financeira do Município, o cumprimento regular da receita, os custos de manutenção da Administração Pública Municipal especificada por natureza de despesa realizada, bem como os valores disponíveis para investimento e/ou geração de despesas, em conjunto com a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação.

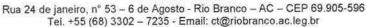
"Valorize a vida, não use drogas"

M

1



### Comissões Técnicas





Diante dessa análise, é possível afirmar que o Executivo cumpriu com suas responsabilidades no âmbito da transparência fiscal.

É o importante ao fundamento.

## III - VOTO

Ante o exposto, **voto** pela aprovação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre, do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre e do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do exercício orçamentário e financeiro de 2018, vez que todos estão de acordo com a legislação aplicável.

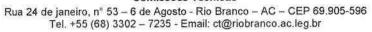
É como voto.

Submeto aos nobres pares.

Sala das Comissões Técnicas, em <u>26</u> de <u>junho</u> de 2019.



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO Comissões Técnicas





# TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL - CCJRF PARECER № 06/2019/CCJRF e COFT

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	Pelas Conclurões	Mi. Ju u 11
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	pos condera	Topos
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	Reles uspes	
Vereador N. Lima Membro Titular	Colabor	A STORY
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente		
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	Rela louclufot	4.

26/06/2019



#### Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, n° 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596 Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: ct@riobranco.ac.leg.br Comissões à Técnicas

TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL - COFT PARECER № 06/2019/CCJRF e COFT

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	pole conclusions	Lester
Vereador Raimundo Neném Membro Titular	Pelos words	
Vereador João Marcos Luz Membro Titular	0 -> <	le monte
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	Pelas Conclusão	Minfan Ly
Vereador Clézio Moreira Membro Suplente		
Vereador José Carlos Juruna Membro Suplente	PENS M eDNCLUGE	A A A

26/06/2019



# CERTIDÃO

Certifico que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do exercício de 2018 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF e na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação - COFT, em reunião conjunta realizada neste dia, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck, presentes os demais Vereadores titulares Elzinha Mendonça, N. Lima, João Marcos Luz, José Carlos Juruna, Raimundo Neném e Artêmio Costa. Ausente o Vereador Eduardo Farias, substituído pelo Vereador suplente Jakson Ramos (CCJRF) e pelo Vereador suplente José Carlos Juruna (COFT).

É a verdade que certifico.

Rio Branco/AC, 26 de junho de 2019.

Willian Pollis Mantovani Chefe – Setor de Comissões Técnicas Portavia nº 46/2019

## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do exercício de 2018 e seu respectivo parecer conjunto com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 26 de junho de 2019.

Willian Pollis Mantovani Chefe – Setor de Comissões Técnicas Portaria nº 46/2019

ACUSO RECEBIMENTO, em 26/06/2019.

Diretoria Legislativa